
Aprender a democracia: Uma análise dos movimentos estudantis de protesto

*Ana Maria Seixas**

1. Introdução

Numa época em que se enfatiza o afastamento dos cidadãos e sobretudo dos jovens das questões políticas, pretende-se nesta comunicação apresentar alguns resultados de um estudo sobre os movimentos de protesto dos alunos do ensino secundário¹, centrando-se nas mobilizações contra a política educativa e revisão curricular do ensino secundário da primeira metade da década actual.

Partindo, fundamentalmente, de entrevistas a dirigentes associativos do Movimento das Associações de Estudantes do Ensino Secundário de Coimbra (MAEESC), principal dinamizador das acções colectivas de protesto realizadas nesta cidade, procura-se compreender porque protestam os alunos do ensino secundário, quais os motivos e lógicas de justificação invocados, como se organizam e como vêm a sua participação, numa época em que a educação para a cidadania, visando a formação de cidadãos conscientes e participativos, é por demais salientada.

2 - Jovens e protesto – uma nova forma de participação e consciência política?

Anne Muxel (2002), num estudo da evolução das formas de participação política, realça o aumento do protesto político nas gerações jovens, com uma crescente participação dos jovens em manifestações colectivas de protesto. Para a autora, a prática da manifestação tornou-se uma experiência familiar para muitos jovens, que têm sido dos primeiros a sair para a rua em defesa da democracia e contra atentados aos direitos humanos, se bem que geralmente de forma mais ou menos espontânea e à margem das organizações políticas ou sindicais tradicionais. Muxel considera que é necessário ver nos usos diversificados, e por vezes contraditórios, do voto, da abstenção e da manifestação vias de aprofundamento da cultura democrática, traduzindo uma evolução nas formas de participação política, mais do que uma expressão de um défice democrático.

Ao analisar os movimentos liceais franceses, François Dubet (1991) afirma que não existe um movimento liceal mas explosões escolares. Tal é atribuído ao facto da acção colectiva dos alunos não se centrar no estabelecimento escolar e na relação pedagógica mas sim no Estado, dado o carácter centralizado e burocrático da educação francesa, contribuindo, assim, para uma dissociação entre as minorias activas e as bases mobilizadas. A ausência de um movimento liceal derivaria, ainda, das próprias características da experiência escolar, salientando o autor a inexistência de um sentimento de pertença e de identificação do aluno ao liceu.

Ainda segundo este autor, os movimentos estudantis, a partir dos anos 80 seriam caracterizados por uma dissociação entre a crítica cultural, a luta política e a experiência escolar, em oposição aos dos anos 70 definidos pela crítica cultural e política. Os movimentos dos alunos parecem identificar-se cada vez menos com a crítica geral da sociedade ou da escola, não pondo em causa nem o seu funcionamento nem a sua finalidade, e os jovens aparecem cada vez mais afastados da política.

*Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra
Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra

¹ Este trabalho insere-se no projecto de investigação "Movimentos sociais, protesto e cidadania" POCTI/SOC/37765/2001.

Segundo Dubet, a acção colectiva dos alunos não se transforma em movimento colectivo organizado porque não valoriza as etapas da acção reivindicativa, da procura de participação e da crítica. Nas acções colectivas de protesto verifica-se mais uma justaposição das lógicas das minorias activas e das lógicas dos alunos em geral, do que uma verdadeira integração. O fraco sentimento de pertença e de identificação dos alunos à sua escola é apresentado, também por Patrick Rayou (1998), como factor explicativo da não adesão às acções colectivas de protesto. A desconfiança face à política e o receio de manipulação e de partidarização políticas do protesto explica porque as mobilizações estão distantes da lógica política.

Com uma perspectiva diferente, Alain Borredon (1995), critica a ideia de não comprometimento político dos jovens liceais. Para este autor, as acções colectivas de protesto dos alunos constituem uma forma política de comprometimento democrático e cívico ao reivindicarem um estatuto de actor social legítimo traduzido no direito à participação nas tomadas de decisão que os afectam (1995:196).

Para além do contexto social onde emergem, uma análise dos movimentos de protesto dos alunos do ensino secundário implica ter em consideração desde logo a sua especificidade. Vistos como novos movimentos sociais, com uma certa (des) continuidade organizativa na dinâmica de mobilização e de adesão, os seus protagonistas são adolescentes (e não adultos), reivindicando e exercendo, nos movimentos de protesto, um estatuto de actor, quer na esfera política quer na esfera educativa (Borredon, 1996:36). Outro factor de extrema importância na participação dos alunos em acções de protesto é o facto de estes estarem enquadrados numa instituição específica que condiciona fortemente a sua acção. Ou seja, a instituição escolar, os professores, e mesmo os grupos de colegas, através das suas práticas formais e informais, desde a justificação de faltas, a marcação ou adiamento de testes aos discursos de incentivo ou de reprovação, têm um papel importante no seu grau de envolvimento.

Segundo Borredon (1995:169), para que o aluno se torne actor social é importante que a reivindicação comporte uma dimensão axiológica, seja impulsionada por líderes reconhecidos e implique um envolvimento de curta duração. Contrariamente aos movimentos estudantis das décadas de 60 e 70, as formas recentes de mobilização aparentam ser agora de curta duração, estando também associadas muitas vezes ao lúdico e à festa. A criatividade das formas de protesto torna-se fundamental não só para garantir a espectacularização da acção, e assim, a sua mediatização, como também para aumentar o grau de mobilização dos próprios alunos. Esta parece, também, depender mais da sua percepção enquanto vítimas ou destinatários de decisões políticas do que do seu nível de politização (Le Bart e Merle, 1997:221). De acordo com Patrick Rayou, os jovens parecem aderir mais às manifestações para verificar a partilha de uma experiência de uma geração do que para obter resultados positivos. Ao manifestar-se publicamente, manifesta-se primeiro que tudo a si próprio a natureza dos seus sentimentos e a partilha a um grupo (1998:167).

O grau de conhecimento dos alunos sobre as questões que originam os protestos parece variar conforme a proximidade do tema relativamente às suas preocupações imediatas e aos seus sistemas de valores. O conhecimento dos motivos, da causa, não é, no entanto, considerado fundamental, observando-se como que um efeito de delegação nos líderes, detentores de um maior grau de conhecimento das temáticas em discussão e com redes alargadas de acesso à informação (Borredon, 1996; Rayou, 1998). Esta confiança nos líderes traduz, de certo modo, as formas actuais e dominantes de democracia representativa. Se as acções de protesto dos jovens são caracterizadas por uma componente instrumental, elas apresentam, também, uma forte componente axiológica. Esta é principalmente visível nos líderes, cujo papel é fundamental nas mobilizações de protesto.

3- As lógicas de participação em acções colectivas de protesto: Representações sociais dos alunos “militantes”

O movimento de protesto dos alunos do ensino secundário, desencadeado no final da década de 90 e início da seguinte, tem como mote geral a defesa de um ensino público, de qualidade e universal, visando a construção de uma escola e sociedade melhores. A contestação não se centra, assim, numa única temática, mas engloba uma série de questões de política educativa. Se os alunos protestam contra várias medidas a ser implementadas, eles exigem fundamentalmente o direito a participar, a ser reconhecidos enquanto actores e cidadãos, e o direito a terem um ensino de qualidade, com condições materiais e humanas adequadas, além do cumprimento da legislação já existente, como por exemplo, no caso da educação sexual. É esta componente axiológica e reivindicativa que explicará não só a extensão temporal do protesto, justificada também pela própria prorrogação do processo de revisão curricular, como as estratégias de organização e de mobilização desenvolvidas pelos dirigentes associativos, constituindo-se este, essencialmente como um movimento de líderes.

O movimento de protesto começa a ter uma certa visibilidade pública no início da Primavera de 2000. As acções de protesto prolongar-se-iam por mais quatro anos, ao ritmo dos acontecimentos políticos e do ano escolar. Durante o ano lectivo de 2002/2003 os estudantes do ensino secundário de Coimbra realizaram três manifestações de rua, sendo uma delas integrada numa forma de protesto de carácter nacional.

Os dirigentes associativos entrevistados integram o Movimento das Associações de Estudantes do Ensino Secundário de Coimbra (MAEESC). Alunos do 12º ano, na sua maioria rapazes, apresentam-se como jovens dinâmicos e com uma grande consciencialização política, embora nem todos estejam enquadrados ou se reconheçam nos partidos políticos existentes. Todos eles têm uma experiência de participação em manifestações anteriores e nas associações de estudantes. Se o tornar-se dirigente associativo é atribuído fundamentalmente a características pessoais, como, por exemplo, o ser-se muito activo, dinâmico, sociável e solidário, a maioria torna-se “militante” na continuidade de práticas de interacção com os pares, sendo a influência da família de menor importância. A participação nas reuniões e nas tarefas dirigentes aparece como nuclear na produção de espaços privilegiados de convivialidade, de reflexão e de aprendizagem política, estruturando a definição das suas identidades pessoais e colectivas. A importância das emoções e dos sentimentos é salientada na memória da participação nestes espaços.

Portanto no caso particular da luta uma coisa que nos motiva muito é precisamente o convívio. Nós na luta é sempre, são sempre momentos difíceis, mas acabamos por conviver muito e estar muito uns com os outros, e brincamos, cantamos e sentimos que estamos a lutar por alguma coisa (António², dirigente associativo).

O MAEESC tem como objectivo coordenar a acção de luta dos alunos, sendo visto como um espaço privilegiado de discussão e de aprendizagem de uma democracia participativa. Neste espaço, segundo os seus membros, “todos são iguais” e a pluralidade de perspectivas é aceite. As tomadas de decisão assentes fundamentalmente na obtenção de consensos mais do que em votações é outra característica enfatizada pelos jovens dirigentes, acentuando a imagem do Movimento como um espaço de verdadeiro funcionamento democrático colegial.

-As pessoas não têm acusado o MAEESC de ser partidarizado?

² Os nomes são fictícios.

Pois não. Não, porque, e lá está, dentro do MAESC há muitas opiniões e acabamos sempre por chegar a um consenso, que hoje este fica chateado amanhã é aquele (uh). Por exemplo, nesta segunda manifestação que eu achava mal, eu saí prejudicado. Agora há aquela manifestação do superior novamente. Havia pessoas que estavam contra, que nós não devíamos aderir, e eu disse, não senhora, nós queremos aderir porque era do nosso interesse (//). Mas lá dentro há muitas ideias e o problema às vezes também é esse, é chegar a um consenso (uh)” (Marcos, dirigente associativo)

Porque não há líder. É assim, há os representantes das associações todas, não há nenhum cargo, não há o presidente do MAESC nem nada, são todos iguais. E, e se calhar nisso é que está, é que está a nossa virtude, em que nós conseguimos as coisas porque somos todos iguais. Não há nenhum que seja aquele que manda mais do que o outro. Pronto, somos todos iguais ao menos sempre. Pronto. e depois lá está, há aqueles que têm, que são mais comunicativos, mais apelativos e que gostam mais de intervir e sabem dar uma boa opinião. Então, pode falar mais, pode falar mais, não... Pronto, no MAESC não, não é preciso designar, chegar lá um gajo, quer dizer ...por exemplo, no caso do, olha, tu é que, tu é que vais dizer as coisas a partir de hoje. Não, vai-se dizendo. Pode haver alturas que eu não posso, não é? Posso ser eu, pode ser outro. (Ricardo, dirigente associativo)

O carácter informal do Movimento, sem estatutos, presidente ou mesmo porta-voz, sem local nem datas definidas de reunião, é avaliado positivamente pelos seus membros, embora alguns tenham consciência que esta informalidade poderá dificultar a participação dos alunos não integrados nas redes de sociabilidade do grupo ou pôr em causa a legitimidade representativa do Movimento. A informalidade do movimento dificulta, também, o acesso e a circulação de informação no seu seio, dado que dependem apenas dos contactos informais entre os seus membros.

Certos jovens reconhecem, contudo, um maior destaque de alguns dos seus membros na coordenação e dinamização das acções de contestação, e mesmo na relação com os *media*, sendo essa maior visibilidade atribuída, sobretudo, à disponibilidade pessoal. Esta aparece, também, como legitimadora da desigualdade sexual na participação no Movimento, registando-se uma maior participação masculina.

Estes jovens apresentam, no geral, uma imagem bastante positiva da sua escola no que respeita ao ambiente escolar, nomeadamente às relações entre alunos e entre estes e os professores. Eles têm também uma concepção muito instrumental da escola, considerando-a fundamental para o seu futuro, apresentando-se muito mais críticos e descontentes relativamente à sociedade. Embora tenham uma percepção de uma diminuição do apoio das escolas ao movimento de protesto, os Conselhos Executivos e os professores aparecem mais como aliados do que oponentes. Alguns alunos salientam, contudo, a atitude crítica e desencorajadora de alguns professores, ao referirem a “perda de tempo” e os possíveis reflexos negativos no aproveitamento escolar do envolvimento dos alunos, sobretudo dos líderes, nas acções de protesto.

Ser reconhecido e participar na tomada de decisões que os afectam directamente, defendendo os direitos dos alunos aparecem como as razões da constituição do movimento e da luta estudantil.

Pronto, defender os direitos, os nossos direitos e os direitos dos alunos que aí representamos, não é. Eu acho que, isso é, são pessoas com coragem que fundaram, não é, que fundaram (uh) tanto o MAEESC como o ENAES e tudo. São pessoas de imensa coragem. Porque se a gente conseguir mostrar as coisas conseguimos ser mais bem ouvidos e se calhar mais bem interpretados pela sociedade. E se não estamos lá não somos ninguém simplesmente. (Marcos, dirigente associativo)

Os participantes neste movimento associativo têm uma forte consciência política, assente numa concepção do ensino de qualidade como uma obrigação do Estado e um direito universal dos jovens, pelo menos no que concerne aos ensinos básico e secundário. A crítica política é patente também nas respostas dos jovens que recusam a redução da luta dos alunos a questões como a educação sexual ou os noventa minutos, reivindicando o direito à participação nas tomadas de decisão, criticando a “elitização” e a “privatização” do sistema educativo. Parece existir, contudo, uma certa diversidade de lógicas de acção conforme a experiência escolar. Enquanto alguns alunos parecem privilegiar a crítica escolar, questionando o carácter selectivo do sistema educativo e defendendo um sistema de ensino público e de qualidade, outros parecem centrar-se mais na crítica à sociedade, não pondo em causa o funcionamento da escola.

Se os estudantes reivindicam um estatuto de actor eles recusam contudo um estatuto que não é o deles, reconhecendo não só a suas capacidades como também as suas limitações.

Propor alternativas e a lutar sobretudo contra o que é injusto, por exemplo, até soluções alternativas é interessante, porque muitas vezes um argumento, quanto a mim puramente demagógico, que nos apresentam para as manifestações, ah acções de criticar é muito bom, mas nós não apresentamos alternativas, nós não fazemos isto, não sei quê, e o que nós dizemos é, por exemplo, eu hoje sei que é mau, que neste caso da revisão curricular haja uma divisão estanque dos cursos porque obriga uns a ir trabalhar logo, não é isto, assim muito sucintamente, o que eu não posso é propor toda uma reforma curricular nova, porque nem sequer tenho habilitações do ponto de vista pedagógico para fazer isso não é, (uh) agora nós criticamos sabemos que está mal, queremos melhor e sabemos reconhecer quando as coisas estão melhores, mas não nos podem pedir que sejamos legisladores ou pedagogos (uh)...E por isso é que criticamos e tentamos por exemplo e também é isto a questão das propostas também é relativa porque portanto na questão do estatuto nós dizemos claramente queremos que haja acompanhamento de psicólogos, queremos que haja outro acompanhamento pedagógico, na revisão curricular defendemos que haja outro acompanhamento dos alunos que o sistema não seja tão profissionalizante e só que propostas no concreto e por decreto-lei X PTO /3 de 99 não podemos fazer (uh) obviamente. (António, dirigente associativo).

Os dirigentes do Movimento revelam uma forte capacidade crítica e de auto-crítica das suas funções políticas de dinamização e regulação das formas de mobilização e de contestação. Avaliam, assim, de forma contundente as acções desencadeadas e as estratégias seguidas.

Durante o ano lectivo de 2002/2003, os estudantes do ensino secundário de Coimbra realizaram três manifestações de rua, sendo a segunda integrada numa forma de protesto de carácter nacional. Estas acções colectivas de protesto caracterizaram-se por um decréscimo de participação.

A crescente desmobilização dos alunos é atribuída fundamentalmente à saturação das acções de rua e à dificuldade crescente em aderir a estas acções à medida que se avança no ano escolar, devido ao problema da não justificação das faltas. Os jovens dirigentes questionam, contudo, as suas opções estratégicas. Se a primeira manifestação local é apontada como um exemplo de sucesso e de mobilização, dado o elevado número de alunos, mais de dois mil, que marcaram presença na rua, a sua eficácia é contestada, contudo, por alguns dos dirigentes estudantis. Muitos alunos teriam participado porque ao chegar à escola se teriam confrontado com os portões fechados. Impossibilitados de ir às aulas, acabariam por engrossar a manifestação mas sem grande consciência e conhecimento dos motivos do protesto. Tal acabou por ter um efeito contra produtivo para o movimento. Por um lado, contribuiu para a difusão de uma imagem do jovem participante como ignorante e alienado, enfatizada, na opinião dos alunos, pelos *media*. Por outro, muitos destes alunos não participaram na segunda manifestação, devido também à proximidade temporal, optando alguns por fazer apenas greve às aulas não indo à escola. Esta

diminuição da participação, tendo-se manifestado “apenas” cerca de quinhentos alunos, terá contribuído, por sua vez, para a transformação da terceira numa “manifestação de dirigentes associativos”.

Embora critiquem a imagem negativa dos jovens que perpassa nos *media*, o grau de consciencialização política destes jovens dirigentes aparece em contraste com a imagem que têm dos seus colegas. A crescente desmobilização dos alunos traduz também a dissociação entre as lógicas de acção dos jovens dirigentes e as lógicas de acção dos alunos em geral. A falta de interesse dos jovens é vista como um problema para a continuação do movimento associativo. Este, dependendo da consciência política dos seus dinamizadores está assim sujeito a fortes oscilações temporais. A curta duração do ensino secundário é apontada como um dos obstáculos a uma maior dinamização do movimento associativo dado que dificulta um maior envolvimento dos alunos nestas actividades.

Mas não são muito curiosos, por exemplo, nomeadamente em termos da informação e dos movimentos de contestação e não sei quê. Às vezes é muito complicado a associação chegar a eles nesse sentido e chegar-lhes à consciência propriamente e ter resposta por esse sentido. Quando se toca a discutir política educativa às vezes são muito distantes e muito desinteressados e não sei quê. Pois é, o que nós procuramos sempre fazer, é chamar a atenção para isso, é passar a informação nomeadamente quando nós fazemos algum papel do MAEESC que é para distribuir pelas escolas às vezes é um berbicacho para os conseguir entregar (uh). Se quer vai outro, aí deste ontem, há já tenho etc. Nós até já começamos a fazer panfletos de várias cores que é para não nos dizerem o típico que já tenho. Mas nós procuramos sempre chegar a eles fazê-los ter consciência. Às vezes é mesmo muito frustrante (uh) porque não querem, não querem saber não, não estão para isso, e somos capazes de fazer uma RGA que é por causa da viagem de finalistas, que é uma coisa básica e pequenina e mesquinha de certa forma, e e temos lá quase a sala de convívio cheia (uh, uh). Fazemos uma RGA sobre política educativa para discutir se vamos ou não à manifestação e porquê, aparecem-nos dois ou três (uh). Nesse aspecto é muito complicado e às vezes é muito desgastante e muito frustrante porque está uma pessoa nos dias da manifestação e não aparece ninguém (Margarida, dirigente associativa)

Informar, consciencializar e mobilizar são consideradas tarefas principais das suas funções de dirigentes associativos. Estas tarefas são vistas, por um lado, como frustrantes, dada a sua dificuldade e a necessidade de praticamente recomeçar de novo a cada momento de luta, mas, por outro lado, como muito gratificantes, contribuindo de forma muito positiva para o seu crescimento pessoal e para a sua aprendizagem política, bem como para a dos seus colegas, pois permitem aumentar o seu grau de consciencialização política.

Concluindo, a alegria e o desejo de estar com os outros para avaliar decisões políticas sobre a escola ou decidir de acções a concretizar, lança os alicerces para uma participação cívica e cidadã mais aprofundada e reflectida por parte destes jovens, que não se conformam com o estado das coisas e querem fazer ouvir as suas vozes e alterar as escolas onde estudam e que sabem ser cruciais para o seu futuro profissional.

Conclusão

A participação dos alunos nestas acções colectivas de protesto traduz uma nova forma de participação social, cívica e política. O protesto é usado pelos alunos do ensino secundário como uma forma de exprimirem a sua existência e de terem voz. As mobilizações de protesto traduzem o mal-estar e descontentamento dos jovens face a uma sociedade que lhes apresenta um futuro caracterizado pela instabilidade e a um sistema de ensino que reforça a incerteza ao estar em permanente mudança. A análise das acções colectivas de protesto dos alunos implica ter presente as características actuais da sociedade e do próprio sistema educativo. As importantes transformações socioeconómicas ocorridas nas últimas décadas, as diferenças nas próprias experiências escolares,

dadas as mudanças nas estruturas curriculares, no recrutamento dos alunos e na valorização social e económica dos diplomas, impedem uma comparação destas acções com os movimentos estudantis das décadas de 60 e 70, que criticavam os valores tradicionais de uma sociedade caracterizada pelo crescimento económico e pelo pleno emprego.

A constituição de estruturas organizativas informais de coordenação das acções colectivas de protesto traduz o receio da manipulação e partidarização da luta e a desconfiança que os jovens aparentam ter face às formas tradicionais de política, bem como às formas institucionais de participação na instituição escolar. Este receio é expresso pelos próprios líderes ao salientarem a independência partidária e a pluralidade ideológica destas estruturas. O seu carácter pouco institucionalizado estaria de acordo com o espírito de autonomia e de independência que os jovens enfatizam, embora possa pôr em causa a legitimidade da representatividade das acções colectivas de protesto. Se os alunos reivindicam um reconhecimento enquanto actores sociais, eles parecem ter consciência das suas limitações e recusam-se a assumir um estatuto que não é o deles.

O carácter pouco formalizado das mobilizações de protesto dificulta também a avaliação dos seus progressos ou resultados. Contudo o que nos parece importante de salientar é o facto destas acções colectivas traduzirem um processo de aprendizagem colectiva e de desenvolvimento de uma consciência política e participativa nos alunos do ensino secundário. Elas permitem desenvolver nos alunos competências pessoais e sociais essenciais para a sua acção política, contribuindo para a formação de cidadãos participativos numa sociedade democrática e mais justa.

Referências bibliográficas

- BORREDON, Alain (1995), *Une jeunesse dans la crise. Les nouveaux acteurs lycéens*. Paris: L'Harmattan.
- BORREDON, Alain (1996), "Les nouveaux acteurs lycéens: critique social et critique scolaire", *Revue Française de Pédagogie*, 116, 33-42.
- DUBET, François (1991), *Les Lycéens*. Paris: Seuil.
- LE BART, Christian; MERLE, Pierre (1997), *La citoyenneté étudiante. Intégration, participation, mobilisation*. Paris: PUF.
- MUXEL, Anne (2002), "La participation politique des jeunes: sobresauts, fractures et ajustements", *Revue Française de Sciences Politiques*, 52, 5-6, 521-544.
- RAYOU, Patrick (1998), *La Cité des lycéens*. Paris: L'Harmattan